



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DE ALAGOAS**

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

**DA CANA-DE-AÇÚCAR AO TURISMO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E
COMBINADO NA POLÍTICA ECONÔMICA DE MARAGOGI/AL**

MACEIÓ, AL

2022

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

**DA CANA-DE-AÇÚCAR AO TURISMO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E
COMBINADO NA POLÍTICA ECONÔMICA DE MARAGOGI/AL**

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado.

MACEIÓ, AL

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maceió
Biblioteca Benevides Monte

S676c Soares, Artemísia dos Santos.
Da cana-de-açúcar ao turismo : desenvolvimento desigual e combinado na política econômica de Maragogi/AL / Artemísia dos Santos Soares. - Maceió, 2022.
22 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado.
Artigo Científico (Especialização em História de Alagoas) - Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, Maceió, 2022.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Maragogi - Alagoas. 2. Turismo. 3. Cultura canavieira - Aspecto político econômico. 4. História.. I. Título.

CDD: 981.35


Nalva Maria Amaral
Bibliotecária – CRB-4/989

ARTEMÍSIA DOS SANTOS SOARES

**DA CANA-DE-AÇÚCAR AO TURISMO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E
COMBINADO NA POLÍTICA ECONÔMICA DE MARAGOGI/AL**

Artigo científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História de Alagoas do Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em História de Alagoas.

Aprovado(a) em: 08/07/2022

Conceito Obtido: 10,0

AVALIADOR



Documento assinado digitalmente
FABIANO DUARTE MACHADO
Data: 03/08/2022 09:13:15-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dr. Fabiano Duarte Machado (Orientador)
Instituto Federal de Alagoas

AVALIADORA



Documento assinado digitalmente
MANUELA GRACE DE ALMEIDA ROCHA KASF
Data: 04/08/2022 11:08:39-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof.^a Dra. Manuela Grace de Almeida Rocha Kaspary (membro interno)
Instituto Federal de Alagoas

AVALIADOR



Documento assinado digitalmente
MATHEUS CARLOS OLIVEIRA DE LIMA
Data: 06/08/2022 20:07:27-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Me. Matheus Carlos Oliveira de Lima (membro externo)
Colégio Santa Madalena Sofia

DA CANA-DE-AÇÚCAR AO TURISMO: DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA POLÍTICA ECONÔMICA DE MARAGOGI/AL

Artemísia dos Santos Soares¹
Prof. Dr. Fabiano Duarte Machado (Orientador)²

RESUMO

O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. Esta realidade iniciou sua mudança com o término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do PRODETUR. Para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se realizam ali. Sob esta perspectiva, teve como objetivo refletir sobre as forças político-econômicas e as contradições estruturais que sustentam o crescimento da atividade turística em Maragogi/AL buscando caracterizar historicamente o processo de reprodução da opressão a partir da divisão territorial do trabalho decorrente da cultura canavieira. Concluiu-se a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo que há forças agindo no território gerando particularidades e (re)agindo às forças globalizantes conforme seus interesses, no caso estudado, percebe-se que o Estado e em particular os grupos de interesse estreitamente vinculados aos atores corporativos constituídos historicamente a partir da cultura canavieira têm reproduzido no turismo um papel estratégico para determinação das configurações econômicas e espaciais do desenvolvimento do turismo, assim como a distribuição dos seus resultados.

Palavras-chave: História. Economia política. Turismo. Desenvolvimento desigual e combinado. Maragogi.

1 INTRODUÇÃO

O município de Maragogi preteritamente foi território socioeconômico e político quase exclusivo da cana-de-açúcar. As elites econômicas da cana-de-açúcar pouco utilizavam a região litorânea e, por isso, tornou-se lugar daqueles que estavam à margem do sistema canavieiro. Esse contexto favoreceu a formação e a apropriação do território por parte de populações tradicionais de pescadores até a década de 1980. Esta realidade iniciou sua mudança com o

¹ Pós-graduanda em História de Alagoas. Professora EBTT do IFAL, Campus Maragogi. Possui bacharelado (UERN, 2008), mestrado e doutorado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011 e 2019, respectivamente) (artemisia.soares@ifal.edu.br)

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas (2001), mestrado em Educação brasileira pela Universidade Federal de Alagoas (2010) e doutorado em Linguística na linha Discurso: Sujeito, História e Ideologia pela Universidade Federal de Alagoas (2018). (fabiano.machado@ifal.edu.br)

término da construção da rodovia AL-101 Norte, em 1979 e, em seguida, com as ações resultantes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Tal transformação exige uma análise de como as modernizações decorrentes do uso do território pelo turismo têm implicado na adequação dos municípios nordestinos litorâneos, como Maragogi, transformando-os em espaços seletivos. Todavia, para além das forças exógenas ao lugar que exigem e implantam novas territorialidades, há os fatores endógenos construídos historicamente que singularizam a maneira como tais territorialidades se realizam ali. Em Maragogi, tais fatores estão ligados à histórica exploração da cana-de-açúcar que, apesar de ter declinado em seu aspecto econômico, permanece impregnado no modo de vida do maragogiense em seu fazer social, cultural e, conseqüentemente, no econômico, incluindo-se aí o turismo enquanto nova atividade econômica dominante no município.

Desse modo, há que se considerar a existência de múltiplos percursos ou das múltiplas Alagoas (ALMEIDA, 2018) sobrepostas naquilo que se conhece por estado de Alagoas, mais precisamente, naquilo que se realiza no município de Maragogi que, no entanto, perseguem o mesmo objetivo: a acumulação, isto é, os percursos do capital. Percursos estes, sinônimo de caminhos que para Almeida (id, p. 28) “são mais que direções e mais do que apenas um rumo que se traça. Não há espaço sem caminho; os caminhos são falas, são comunicação, dão direções, intensidades, intencionalidades”.

Nesse contexto, entende-se que a propaganda em torno do turismo não é simples comunicação, mas um processo de persuasão, uma vez que tem sido usada intencionalmente por poderosos agentes econômicos e políticos que desejam legitimar interesses próprios em nome daquilo que chamam de turismo. Assim, tal produção mostra-se não como uma atividade neutra, mas como um instrumento utilizado em jogos de poder (HINTZE, 2020).

O referido processo de persuasão é facilitado quando se territorializa em lugares previamente construídos sob a égide de uma “forte e perversa estruturação social com ausência de elementos democráticos” (LINDOSO, 2019, p. 62), permitindo o que Santos (1982) denominou de “acumulação desigual de tempos”, isto é, “num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes [...] Constituindo estas diferenças formas de coexistir, materializações diversas, por consequência espaço(s) geográfico(s) complexo(s) e carregado(s) de heranças e novas possibilidades” (SUERTEGARAY, 2001).

Nesse sentido, cabe considerar que depois da região Metropolitana, a região turística Costa dos Corais – na qual Maragogi está inserida - é a que possui maior número de meios de hospedagem e leitos. Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) apontam que 24,7% dos meios de hospedagem disponíveis no estado de Alagoas

localizam-se nos municípios litorâneos da região da Costa dos Corais, contando com 18,3% dos leitos do estado. E, destes municípios, Maragogi, detém maior número de meios de hospedagens e, conseqüentemente, de leitos (SOARES, 2019; SOARES; AZEVEDO, 2020).

Ainda, que há oferta do curso técnico em Hospedagem, na modalidade integrado ao ensino médio, há 11 anos no Campus Maragogi, o qual atende alunos de 12 municípios do litoral Norte de Alagoas. E, apesar da existência do curso constituído sob a égide da educação politécnica³ preconizada pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como de um dinâmico cenário mercadológico, na região inexistente sindicato, associação ou quaisquer outros tipos de agremiação de representatividade da classe trabalhadora dos meios de hospedagem, reproduzindo historicamente situações construídas a partir da cultura canavieira, como a constituição de sindicatos e associações patronais, presentes e atuantes nos contextos de conselhos municipais e conselho da APA Costa dos Corais (SOARES, 2019), enquanto a mão de obra é silenciada e precarizada.

Vale salientar que a historiografia alagoana tem se apresentado tradicionalmente como reflexo e voz de uma elite escravocrata, agrária e conservadora permitindo ao leitor desavisado uma perspectiva unilateral e preconceituosa da realidade. Foi assim com a guerras dos cabanos da qual Lindoso (2019) diz que se realizou por uma “insurrecionalidade camponesa e ágrafa”, portanto, sua destruição não se fez apenas por meio da força bruta física, mas, sobretudo, pela invisibilidade e anulação do lugar de fala do cabano, do resistente, método eficaz e utilizado pela classe dominante ainda hoje.

Tal silenciamento histórico se repete na atualidade ao considerar como fatos e personagens históricos do turismo alagoano apenas a introdução de políticas públicas específicas, inauguração de empreendimentos, empreendedores/empresários, dados relativos à oferta e demanda turística em detrimento da fala dos trabalhadores, seu perfil profissional (gênero, raça, classe, origem, formação) e condições de trabalho. Infelizmente, o silenciamento também parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que, ainda, não possui controle sobre o destino dos egressos do curso de Hospedagem.

³ Marx, nas Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, de agosto de 1866, ao discutir a forma abominável como o trabalho infantil e juvenil era desenvolvido na fábrica capitalista, defende a necessidade de impor limites a esse tipo de trabalho e afirma a defesa da união entre educação e trabalho produtivo em outra perspectiva. Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra. (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015). Em síntese: “No ensino politécnico, não é suficiente apenas o domínio das técnicas; faz-se necessário dominá-las ao nível intelectual” (MACHADO, 1989, p. 129).

Diante de tais constatações, este estudo teve como objetivo refletir sobre as forças político-econômicas e as contradições estruturais que sustentam o crescimento da atividade turística em Maragogi/AL buscando caracterizar historicamente o processo de reprodução da opressão a partir da divisão territorial do trabalho decorrente da cultura canavieira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO CAPITALISMO

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é a teoria formulada pelo revolucionário marxista russo León Trotsky que compreende a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Isso se revela especialmente nos países periféricos do sistema mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado, resultando numa formação social sem grandes contradições entre as classes dominantes. Esta elaboração é a base da teoria da revolução permanente, do mesmo autor (BIANCHI, 2013).

Afirmava Trotsky que “quanto mais atrasado é um país, mais evoluída é a parte mais desenvolvida da sua economia” (Trótski considerava que esta seria a situação na Rússia pré-revolução de 1917, conforme Bianchi [2013]). O raciocínio, aparentemente contraditório, analisava que, se um país começa a se industrializar tarde, adotará as indústrias mais modernas existentes no momento, logo, a incipiente indústria será altamente desenvolvida tecnologicamente, convivendo combinadamente com formas econômicas tradicionais.

Segundo Trotsky, quanto mais tarde um país se industrializasse, a burguesia local seria mais conservadora, já que o temor ao proletariado seria muito maior que a sua oposição à aristocracia e às demais classes dominantes antecedentes. Assim a burguesia optará por construir alianças com as classes dominantes para desenvolver o Estado burguês moderno e seu processo de industrialização, evitando romper com a estrutura de poder existente. Neste pensamento a única alternativa de projeto político para a classe trabalhadora não seria sua aliança com a burguesia, no apoio a uma revolução burguesa, como teria acontecido na Revolução Francesa ao final do século XVIII, mas sim um projeto autônomo, o que empurraria às classes e grupos sociais oprimidos à luta contra o grande capital (o campesinato, as minorias nacionais etc.) e o conseqüente processo revolucionário social.

Esta lei fundamenta a chamada teoria da revolução permanente, em que se afirma que o proletariado não deve lutar por reformas sociais que auxiliem uma revolução burguesa, mas diretamente pela revolução socialista. Certamente esta proposição política tem a Revolução Russa de 1917 como seu modelo, tratando-se de pensamento desenvolvido por Trotsky em sua obra “História da Revolução Russa”.

Seguindo esta perspectiva, Machado e Lima (2016) defendem que a teoria aplicada aos países pode se aplicar a territórios configurados como estados ou municípios, como no caso de Alagoas, afinal, apesar do avanço dito modernizante da economia, o estado permanece figurando entre os piores índices sociais do país. Assim, trata-se de “uma ideia profundamente errada [...] de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade da economia mundial, quando na realidade, acirra (LENIN, 2012, p. 130-131).

Ainda mais ao se perceber a reprodução e ampliação da exploração capitalista a cada momento histórico, desde o estágio de acumulação primitiva designado como capitalismo comercial, passando pelo estágio do capitalismo concorrencial, na qual a burguesia consolida seu poder econômico, político e cultural, momento que coincide com as pressões das potências estrangeiras da época para a abolição da escravidão e a Proclamação da República no Brasil visando o expansionismo do capital. E chegando ao ápice com a mundialização do capitalismo, período conhecido como capitalismo monopolista, que coincide com períodos de importantes revoltas populares no Brasil, além do fortalecimento das forças hegemônicas nacionais por meio de fraudes eleitorais e golpes de Estado, e, particularmente no âmbito local, com o fortalecimento do coronelismo e das oligarquias dele decorrentes, demonstrando que, apesar da abertura do país à industrialização e mundialização do capital, em suas bases culturais e sociais, a estrutura permaneceu conservadora e arcaica, assim se fazendo compreender a teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Torna-se possível, pois, compreender a perspectiva de Machado e Lima (2016, p. 29), que afirmam: “é por isso que o percurso então empreendido para o entendimento do capitalismo alagoano como uma localidade específica é de suma importância – mas não deve ser colocado como único, afinal é interligado à totalidade do capitalismo”, e neste contexto se insere o turismo e seus desdobramentos.

2.2 ECONOMIA POLÍTICA DO TURISMO

É de amplo conhecimento a literatura que trata o turismo como consumo e não como sistema de produção, isto significa um foco nos desejos e necessidades do turista e não nos

trabalhadores e trabalhadoras que fazem a atividade turística funcionar. A literatura predominante, portanto, decorre da perspectiva do capital, do crescimento econômico e demais benefícios que a propaganda legitimadora do turismo apregoa. No entanto, um olhar a partir da periferia do capital deve considerar que a maioria das relações sociais, especialmente às referentes às desigualdades sociais, estão atravessadas pela produção turística (BIANCHI, 2019).

Em 2010, Hall já indicava que, apesar das publicações pioneiras do século XX, ao se tornar acadêmico, os estudos críticos do turismo foram se desvanecendo, passando a acompanhar os interesses da “indústria turística”, preparando o terreno para sua legitimação social, retirando qualquer crítica, tal como os estudos que tratam da relação turismo e natureza, tratando este último como panaceia para a conservação da natureza ao mesmo tempo que realizava sua mercantilização.

No entanto, tal como Cañada (2019, p. 13) ao citar Amer (2006) defende-se aqui que “a questão turística é também uma questão política”, mais especificamente, há necessidade de uma perspectiva de uma reflexão sobre a economia política do turismo, reflexão lacunar, apesar do turismo ocupar o terceiro lugar depois dos combustíveis e produtos químicos da exportação mundial, na frente até mesmo dos produtos alimentícios (UNWTO, 2016).

Trata-se, portanto, “uma via de acumulação capitalista” (BRITTON, 1991, p. 451) que envolve um conjunto mais complexo e variável de arranjos produtivos e relações sociais do que o senso comum tem conhecimento. Isso decorre da alta fragmentação deste capital, pois mesmo que exista uma considerável concentração corporativa em vários subsetores da indústria do turismo e hotelaria, os arranjos produtivos do turismo “também estão diferenciados organizativamente e espacialmente” (CLANCY, 2008, p. 88). Conforme analisa Bianchi (2019), isto complica a análise e a crítica das relações de poder e das configurações empresariais que constituem a economia política do turismo.

Assim, ao mesmo tempo em que o turismo é a única “indústria” representada no mais alto nível do sistema das Nações Unidas através da Organização Mundial do Turismo (OMT) por ser considerada uma das áreas econômicas mais dinâmicas do crescimento econômico mundial e motor do desenvolvimento sustentável, esse fator desvirtua a atenção sobre a questão das relações de classe subjacentes e as forças de acumulação que determinam os modos particulares de produção e consumo turísticos, independentemente do volume de turistas ou do nicho de mercado turístico (BIANCHI, 2019).

Como se verá nos dados empíricos deste estudo, desde o final da década de 1950, o turismo de massa foi utilizado como um instrumento de modernização econômica e social em

muitos países, especialmente àqueles ditos em desenvolvimento ou ainda “terceiro mundo”. Países e territórios como o de Alagoas que haviam sido previamente colonizados e desenvolvidos como provedores de matérias-primas e cultivos agrícolas por parte dos poderes coloniais. A teoria da modernização proporcionou a plataforma intelectual e a bússola ideológica para a promoção do turismo como uma estratégia de desenvolvimento por parte destes territórios e seus promotores junto às instituições financeiras internacionais e agências intergovernamentais. Explorando sua vantagem comparativa “natural” quanto aos recursos naturais e culturais, assim com a mão-de-obra barata, o turismo foi considerado como um meio eficiente para redistribuir uma proporção da riqueza das economias “desenvolvidas” aos países “em desenvolvimento”.

No entanto, esta propaganda otimista e apolítica desconsiderou as desiguais relações comerciais e as estruturas de poder e de classe domésticas, de cada território, que deram forma a esse intercâmbio aparentemente benigno entre destinos turísticos e sociedades emissoras de turismo. Vale salientar que é fato que o turismo proporcionou importantes divisas aos territórios nos quais se realiza, como alternativa aos baixos salários da agricultura ou aos setores industriais informais, no entanto, como desconsiderar que apesar do impressionante crescimento do turismo nos países em desenvolvimento – segundo Gladstone (2005, p. 56), entre 1950 e 1990 as chegadas internacionais passaram dos 2,3 milhões a 113,7 milhões – e sua bem documentada, capacidade de gerar emprego e renda, o crescimento do turismo não necessariamente produz uma melhora concomitante nas condições socioeconômicas mais amplas de desenvolvimento nas sociedades de baixa renda (SHARPLEY, 2009, p. 338)?

O aumento das desigualdades socioeconômicas também se tem acentuado devido à especialização turística das exportações (MOWFORT; MUNT, 2008). A pressão turística sobre “recursos comuns”, como as zonas costeiras, como os ecossistemas marinhos se vê agravada pelo fato de que os direitos de propriedade – portanto, os parâmetros da “mercadoria turística” – não estão claramente definidos ou demarcados (WILLIAMS, 2004, p. 62). O valor das economias de destino se constitui a partir de um processo de “criação destrutiva” que surge da luta competitiva entre uma multidão de diferentes atores econômicos para explorar diferentes recursos que compreendem elementos tangíveis e intangíveis (BÜSCHER; FLETCHER, 2017). Muitos desses recursos podem encontrar-se total ou parcialmente fora da economia formal e monetizada e, na ausência de um marco regulatório sólido, vulneráveis à superexploração e à apropriação de fato por parte de atores poderosos.

Apesar dos pontos teóricos e dados da economia global apresentados, cabe aqui ressaltar que a organização e estrutura do turismo nos diferentes territórios está condicionada pelos

arranjos institucionais particulares e das condições de desenvolvimento capitalista concretas em cada caso. Nesse sentido, o padrão geográfico e a organização do desenvolvimento turístico estão determinados pelas estratégias seguidas pelos Estados para produzir e reproduzir as condições de acumulação na economia do turismo de massa, a reprodução da classe local, as estruturas empresariais, além do modo e do momento em que se integra a desenvolvimento turístico local aos mercados mundiais e aos fluxos de capital (BIANCHI, 2019).

Assim, voltamos à perspectiva de Machado e Lima (2016, p. 52) de que “não são apenas as leis gerais que determinam a forma do capitalismo em uma nação/localidade, mas também as condições históricas contidas na base de cada região [que] irão se confrontar gerando uma síntese: a forma de organização produtiva e, por consequência, a ordem societária”.

Buscando a compreensão de como e quais os processos históricos que fundamentam a dinâmica da economia política do turismo em Maragogi/AL a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, segue discussão a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 FORMAÇÃO DE ALAGOAS BOREAL: A GÊNESE DAS ROTAS DE ACUMULAÇÃO

Conforme conta Manuel Diegues Júnior em sua obra *População e açúcar no Nordeste do Brasil* (2012), a colonização do Nordeste começou com a construção de engenhos. Foi o açúcar o motivo da colonização, isto é, o fator decisivo da ocupação e exploração da terra. Por meio das fábricas de açúcar, se constituiu a economia agrária do Nordeste, e com ela encaminhou o português o processo colonizador. De Olinda, sede da Capitania de Pernambuco, parte a irradiação colonizadora, sob financiamento dos engenhos de açúcar.

Ainda, conforme Diegues Júnior (idem), aonde chegava, o elemento colonizador lançava logo as sementes da cana. “Era como grude para fixá-lo, e aos que o acompanhavam, na terra a ser conquistada” (p. 26). Foi assim na conquista do Cabo de Santo Agostinho, na das Alagoas, na da Paraíba, na do Rio Grande do Norte. Tal conquista se fez pelo litoral, às margens dos rios, sem penetração ocidental; este litoral, cuja monotonia de terras era quebrada pelas águas de rios e riachos, era o habitat propício ao desenvolvimento da economia açucareira. “Na fertilidade de sua terra massapê, estava a riqueza cobiçada: o açúcar” (p. 26).

Quanto à geografia da região, Diegues Júnior (2012) relata que, além do massapê, também os vales, as várzeas, as águas dos rios, geralmente pequenos e mansos, como também a mata, contribuiram para que os canaviais crescessem e abrigassem o elemento humano

conquistador. Das matas, as árvores se constituíam, por várias razões, uma necessidade para os engenhos: para a lenha das fornalhas, para as edificações – casa grande, capela, casa de engenho, senzala, para o preparo de certas peças necessárias ao engenho, para o fabrico das caixas de açúcar. E sua derrubada fornecia mais terrenos para plantação da cana. E assim, nessa ânsia de mais terra para expansão da produção canavieira e de madeira para atender às suas necessidades que a cultura canavieira concorreu para a destruição da mata.

Apesar da expansão da cana-de-açúcar haver prosseguido e ocupado terras da atual Paraíba e Rio Grande do Norte, somente em Pernambuco e nas Alagoas se fizeram sentir mais acentuadamente as condições impostas pela monocultura da cana-de-açúcar, incluindo-se aí a escravidão. Conforme Carvalho (2015) relata, na segunda metade do século XVI, a Capitania de Pernambuco ainda conhecida como Nova Lusitânia, se expande para o Sul, conquista a região de Porto Calvo e, depois, a metade meridional de Alagoas. A colonização se dava pela expulsão dos índios e pela doação de sesmarias para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar e fazendas de gado.

A formação da sociedade alagoana se iniciou, portanto, em 1575, por meio de uma sesmaria localizada entre o rio Santo Antônio e o Cabo de Santo Agostinho, abrangendo desde uma pequena parte do atual território sul pernambucano até o município de São Luís do Quitunde, cobrindo as terras de doze municípios atuais. Ali foram construídos engenhos de açúcar e criada a primeira freguesia de Alagoas, em 1590: Porto Calvo, se configurando como berço do atual estado alagoano e palco de fortes embates entre dominantes e dominados em função, primordialmente, do poder político e econômico, dois aspectos que podem ser considerados diretamente correlacionados na constituição da cidadania, autonomia e desenvolvimento local. Ao iniciar-se o século XVII, o litoral alagoano estava colonizado. À época do domínio holandês, havia, no território alagoano, dezesseis engenhos, dos quais, dez na região porto-calvense.

Cabe aqui ressaltar a indicação de Verçosa (2018) para a formação de uma cultura de exploração do território a partir do núcleo familiar, realidade que deixou marcas na sociedade alagoana, especialmente no litoral Norte alagoano. Além do povoado de Porto Calvo (litoral Norte de Alagoas, à época, Sul de Pernambuco), havia ainda o povoado de Alagoas marcando presença na área lagunar (ao centro), e Penedo (ao sul), que surgiu como um arraial fortificado tanto para evitar o comércio com os franceses e garantir a fronteira no São Francisco, como para combater os índios (CARVALHO, 2015). Esses três povoados foram elevados à categoria de vila em 1636 com os nomes de: Bonsucesso (Porto Calvo), Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul (Marechal) e Penedo do rio São Francisco (COSTA, 2020).

Lindoso (2019, p. 62) diz em sua análise comparativa entre as sociedades penedense e porto-calvense⁴: “o boi sendo um elemento de democracia pastoril. A cana-de-açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário”. Na sociedade porto-calvense, a vida social já surgiu polarizada entre casas-grandes e as senzalas; sociedade em cujo cume social estava a aristocracia agrária de brancos possuidora de fortes instrumentos de violência social. Em oposição a Diegues Júnior e Gilberto Freyre, Lindoso diz: “a miscigenação nesta sociedade foi feita de modo compulsivo, e de cima para baixo, tendo por vítima a mulher negra, a mulher índia e a branca pobre. [...] A fala dela é a fala da violência contra o homem subalterno e as mulheres vítimas” (2019, p. 60).

Dentro dessa dinâmica é que vai se amalgamando a sociedade de Alagoas, tendo o latifúndio e a família como bases: nascendo no engenho, nele se desenvolvendo e se espraiando pelos engenhos vizinhos, a família senhorial alagoana vai expandindo sua influência e construindo os troncos das genealogias sociais e políticas dos “homens bons” das Alagoas. O entrelaçamento endogâmico entre as primeiras famílias gerou em cada região, e até entre regiões, núcleos familiares que tenderão, de um modo geral, a pensar a dinâmica política e social a partir de interesses particulares e de grupos (VERÇOSA, 2018).

Assim, a imobilização dos dois recursos básicos – terra e trabalho – como condições indispensáveis para a reprodução do sistema plantation, forneceu as condições ideais para esse tipo característico de relação social que, a partir do engenho, foi tecendo os laços de submissão não apenas do escravo, mas também do trabalhador livre, fundamentais para a compreensão da divisão territorial do trabalho ainda hoje presente na dinâmica socioeconômica da região. Segundo Tenório & Dantas (2009, p. 12), o monopólio da atividade canavieira sobre o uso do solo, impactou fortemente sob a perspectiva ambiental e, sobretudo, no plano social: a cana-de-açúcar “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia nossas vidas até hoje”.

A formação socioespacial do Brasil, do Nordeste, especialmente de Alagoas, portanto, se desdobrou a partir de decisão do Estado português, centro do poder político colonial que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. No Nordeste, a Metrópole desestimulava as atividades concorrentes à fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados no litoral. A Independência do Brasil (1822), a abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) não alteraram os laços que uniam

⁴ Tal distinção entre as sociedades se torna relevante por este texto tratar especificamente da dinâmica socioeconômica do município de Maragogi que se constituiu no que fora Porto Calvo anteriormente.

a representação política dos engenhos e o Estado, desde a era escravista, na Colônia e no Império (CARVALHO, 2015); até a contemporaneidade, incluindo-se aí o fenômeno dito “modernizante” do turismo.

No entanto, cabe aqui ressaltar que entremeados aos desdobramentos hegemônicos do Estado português há que levar em conta os variados movimentos populares de contestação ao poder dominante que também contribuíram para a formação socioespacial do território que viria a se conformar com estado de Alagoas, como o movimento do Quilombo dos Palmares e a Guerra de Cabanos, ambos apresentados criticamente por Soares (2019), os quais inspiram a luta pelo protagonismo popular frente ao desafio do desenvolvimento desigual e combinado.

Afinal, as marcas desta formação se fixaram de tal maneira que se torna possível realizar algumas analogias com o modelo de negócio aplicado na atividade canavieira à atividade turística atualmente, como, por exemplo, estar a atividade baseada no baixo custo de mão de obra, na abundância de terras geradoras de latifúndios, realidade que, no turismo, pode-se perceber a partir de uma mesma empresa dominando várias etapas distintas da cadeia produtiva da atividade. Inclusive, há domínios múltiplos, nos quais a mesma empresa atua na economia canavieira, como também no turismo, fomentando a concentração de rendas e riquezas. Tais características levam a atitudes conservadoras tornando moroso o processo de inovação tecnológica e, na área social, não oferecendo as condições necessárias em direção a uma melhoria na qualidade de vida (CARVALHO, 2015). Torna-se relevante, ainda, o fato de que muitos dos sobrenomes colonizadores da região permanecem na liderança política e/ou econômica exercendo o mando, agora, na atividade turística, demonstrando a manutenção da dinâmica social hierarquizada.

A agroindústria do açúcar atravessou ao longo do período colonial (a partir do final do século XVII) crises ligadas às concorrências do açúcar das Antilhas e, posteriormente o açúcar de beterraba, produzido nos próprios países temperados (GOLDSTEIN; SEABRA, 2011). Carvalho (id.) explica que o processo rotineiro que tornava o produto alagoano menos competitivo por estar arraigado às formas tradicionais de produção, resistente às inovações “capazes de superar sua forma atrasada de elaborar o açúcar” (p. 51). Um sistema baseado em relações escravistas, no crescimento com base na incorporação de terras e compra de mais escravos, dependente de intermediários para a comercialização final do produto, criou fortes barreiras à sua modernização. O mesmo ocorre atualmente com o turismo, o qual permanece preso ao segmento massivo de “sol e mar”, dependente das grandes operadoras para sua comercialização, mantendo mão de obra sob salários não condizentes com a atividade, além de manter parcerias interinstitucionais, como também, público-privadas para treinamento e

qualificação da massa de residentes, em função da demanda do negócio, além do monopólio de grandes empresas em todas as fases da cadeia produtiva do turismo.

A cultura conservadora e comodista se mostra tão arraigada a ponto de o autor citar uma tentativa de modernização realizada ainda no período imperial, buscando a transição entre os antiquados banguês e as novas usinas: “os senhores de engenho, temendo perder o controle completo sobre o complexo produtor, resistiram e continuaram a moer cana nos seus banguês” (CARVALHO, 2015, p. 55). Em 1922, após três décadas de resistência, o velho engenho banguê dá lugar à moderna unidade industrial. Isso corresponde a duas outras mudanças: a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, estabelecendo uma relação entre empresa e empregado; a segunda, a diferenciação entre usineiros e plantadores de açúcar. Em síntese: o funcionamento tecnológico do negócio mudou, contudo, as relações hierarquizadas e segregatória conforme classes permaneceram, quiçá, se fortaleceram.

O processo de passagem dos antigos engenhos para as modernas usinas permitiu a centralização da produção em pequenas unidades cada vez maiores, culminando em concentração de terras nas mãos dos novos empresários, assim os usineiros, apesar do seu aspecto industrial, permaneceram como proprietários de terras, como até hoje ocorre, inclusive na atividade turística, demonstrando o domínio da concentração de poder e renda sobre perspectivas de solidariedade (SINGER, 2002).

Vale salientar que, durante o processo de passagem dos antigos banguês⁵ para a produção industrial das usinas, foi criada na região a primeira associação: o Comício Agrícola do Quitunde e Jetituba, em 1875, buscando atender os interesses dos banguzeiros contra as novidades que se avizinhavam. Atualmente, os empreendedores ligados à cadeia produtiva do turismo – mais especificamente meios de hospedagem, agências de receptivo e restaurantes, se reúnem sob a designação do Costa de Corais Convention & Visitors Bureau⁶, “entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com um importante papel de consolidar e representar o trade turístico da Costa dos Corais”, cuja missão é “Desenvolver ações que garantam o turismo sustentável na região da Costa dos Corais (Litoral Norte do Estado de Alagoas), representando seus associados na geração de negócios e a promoção do destino no mercado nacional e internacional”, além de outras agremiações como o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Alagoas (SINDHAL) e as diversas associações que, inclusive, tomam assento no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC), Conselhos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente de Maragogi/AL.

⁵ Nome dado aos engenhos d'água e aos trapiches, movidos a bois (DIÉGUES JÚNIOR, 2006).

⁶ Cf. em <http://www.costadoscoraisalagoas.com.br/cccvb>

Contudo, não há semelhante organização por parte dos trabalhadores do *trade* turístico, indicando a permanência dos níveis altos de autonomia e participação junto às classes com amplo acesso a recursos econômicos, tornando-os capazes de influenciar politicamente conforme interesses da classe, em detrimento da coletividade da população residente e/ou trabalhadora local. Tal realidade se aproxima da fala de Lindoso (2019, p. 202), quando este afirma que

Na nobreza rural era pacífica a concordância sobre o poder: ele devia exclusivamente ser compartilhado pelos senhores de terras e escravos, e desse poder deviam ser excluídos os escravos, os índios de servidão de aldeia, os moradores, os lavradores e os bandos de brancos criminais. Aos senhores deviam ser concedidos os privilégios: possuir terras e escravos, ser donos de engenhos de açúcar, possuir uma milícia rural e aplicar justiça sesmeira aprovada pelas Ordenações do Reino e outros de códigos de justiça.

À disputa do poder entre grupos hegemônicos, e à busca exclusivista do governo das coisas, denomina-se oligarquia. E em Alagoas, tais grupos estão ligados até a atualidade ao setor açucareiro, incluindo-se aí àqueles ligados à emancipação de Alagoas da, então província, de Pernambuco após iniciativa da comarca de Alagoas para sufocar a revolução pernambucana de 1817, facilitando, assim, a hegemonia local, com o controle municipal e provincial, passando tais oligarquias a comporem os partidos políticos (CARVALHO, 2015).

Nesse contexto, o turismo se apresenta para Alagoas, para Carvalho (2015) como um milagre. O mesmo milagre que impulsionou a busca por petróleo e o aproveitamento da energia da hidrelétrica de Paulo Afonso. Contudo, são as forças externas, o Estado brasileiro que, financiando ou pressionando, tem obrigado governantes e sociedade a acompanhar a influência positiva das políticas públicas, tais como as do turismo, contribuindo para um processo de melhorias nos indicadores sociais⁷.

3.2 NOVAS ROTAS DE ACUMULAÇÃO: O TURISMO EM ALAGOAS

Apesar de alguma literatura identificar atividades turísticas na cidade de Maceió e no estado de Alagoas anteriores à década de 1930, tais dados são genéricos e esparsos. Dentre as poucas publicações existentes acerca da História do Turismo em Alagoas, a única que descreve alguns elementos referentes às primeiras décadas do século XX é a obra de Moreno Brandão, um opúsculo, ou folheto, segundo o próprio autor, intitulado *Vade Mecum* do Turista em Alagoas, de 1937. Segundo seu autor, essa provavelmente seria a primeira vez que os aspectos

⁷ Para detalhamento do processo histórico, ver Soares (2019).

pitorescos do Estado poderiam ser conhecidos, mesmo que à distância, por pessoas que não residiam em Alagoas.

Segundo Veras Filho (1991), uma preocupação oficial com a prática do turismo ocorreu na década de 1950, quando a portaria nº 268, de 1957, instituída pelo governador Sebastião Marinho Muniz Falcão, que incumbiu aos jornalistas Josué Junior e Rodrigues de Gouveia o trabalho de estudarem a atividade turística de Pernambuco, em Recife, e dessa forma trazer subsídios suficientes para ajudar a implementar as técnicas de gestão do turismo pernambucano na realidade alagoana, no ano seguinte. Tais esforços, porém, não lograram ações práticas.

No que se refere à infraestrutura turística, antes da expansão da década de 1970, registra-se que o primeiro hotel – o Bela Vista Palace Hotel – foi construído em meados da década de 1920, sendo demolido entre 1964 e 65, na capital, Maceió. De fato, a atividade turística em Alagoas desenvolveu-se morosamente e sem um forte respaldo institucional.

Conforme Veras Filho (1991, p. 69), a inauguração do Estado Rei Pelé, conhecido popularmente como Trapichão, em 1970, foi o precursor da ‘era do turismo’ em Alagoas. O Trapichão foi o primeiro equipamento de grande porte capaz de atrair um número significativo de visitantes para eventos. No entanto, a inauguração do Hotel Jatiúca, em 1979, é considerada o marco principal do desenvolvimento do turismo em Alagoas. Tal fato coincide, ainda, com construção da Rodovia AL101 [Norte] permitindo a conexão entre Maragogi e dois centros urbanos, Recife/PE e Maceió/AL. O primeiro, forte polo comercial, econômico e industrial de relevância regional, além de ser capital do estado de Pernambuco. O segundo, a capital do estado alagoano. A partir da década de 1980, melhorias para acesso via terrestre foram realizadas que, unindo-se à beleza paisagística do lugar e à grande extensão de terras desocupadas ou não utilizadas pelos latifundiários, tornou o município alvo das políticas públicas de indução ao turismo.

O processo de ocupação turística de Maragogi se acelerou a partir da chegada do primeiro grande empreendimento, o Hotel Salinas de Maragogi, em 1989. Em junho de 1990, foi lançado pelo então presidente da Embratur, Ronaldo Monte Rosa, o Projeto Costa Dourada, que atenderia a área litorânea de Alagoas e Pernambuco, a partir de Barra de Santo Antônio até Porto de Galinhas, incluindo Maragogi (KASPARY, 2012).

Durante o processo de turistificação de Maragogi, a orla marítima foi construída, serviços de infraestrutura foram requeridos e o lugar vivenciou um gradativo processo de ampliação de sua urbanização. Vale salientar que a infraestrutura turística e seus equipamentos foram elaborados voltados para o turismo de “sol e mar” em função do principal atrativo do município: a visitação às piscinas naturais. Desde a década de 1980, Maragogi vem ocupando

posição de destaque na atividade turística, tanto no âmbito do estado de Alagoas, como regionalmente. Atualmente, apresenta-se como a segunda destinação turística mais visitada de Alagoas e em 2021, o Salinas do Maragogi All Inclusive Resort foi considerado pelo portal *Melhores Destinos*, o melhor resort do Brasil⁸.

Houve crescimento no número de implantação de meios de hospedagem em períodos que coincidem com o lançamento do PRODETUR/NE I (1994), como também do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (2004) os quais elegeram Maragogi como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, tornando-o modelo para o desenvolvimento turístico regional, incluindo nisto a busca por um padrão mínimo de bem-estar social para sua população, além de outras exigências (SOARES, 2019; SOARES; AZEVEDO, 2020).

Acerca do período de 2002 a 2011, também é possível perceber a evolução da participação das atividades econômicas de alojamento e alimentação no valor adicionado de Alagoas, sendo esta, uma das poucas formas de verificar a contribuição do turismo para a economia alagoana. Depois da região Metropolitana, a região turística Costa dos Corais – na qual Maragogi está inserida - é a que possui maior número de meios de hospedagem e leitos. Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) apontam que 24,7% dos meios de hospedagem disponíveis no estado de Alagoas localizam-se nos municípios litorâneos da região da Costa dos Corais, contando com 18,3% dos leitos do estado. E, destes municípios, Maragogi, detém maior número de meios de hospedagens e, conseqüentemente, de leitos (SOARES, 2019; SOARES; AZEVEDO, 2020).

Tais megaprojetos se impõem a partir de legitimações, isto é, ao afirmar o turismo como uma atividade socialmente positiva, aceitável e desejável:

Positiva, por se tratar de um fenômeno que pode ser explicado pelo bom senso e pela razão e cuja autenticidade é possível de ser comprovada; aceitável, por ser justa e razoável, trazer benefícios aos que nela se envolvem e cujos danos são plenamente contornáveis se a atividade for bem planejada; e desejável, por ser legítima e aceita pelo senso comum. [...] Contudo, [...] tal como tem se desenvolvido, não apresenta intrinsecamente nenhuma dessas características. [...] visa senão à legitimação do mercado neoliberal que o explora fazendo que este seja reconhecido como positivo, aceitável e desejável. (HINTZE, 2020, p. 10).

É nesse sentido, que, apesar do aparente desenvolvimento local, o município de Maragogi pertence a um dos estados mais pobres do Brasil, Alagoas, estando em 27º lugar (última posição) no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2013).

⁸ Cf. em <https://tribunahoje.com/noticias/economia/2021/04/20/salinas-maragogi-e-eleito-melhor-resort-do-brasil-por-portal-especializado-em-turismo/>

Quanto à posição do município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), Maragogi apresentou um índice de 0,574 em 2010, indicando fragilidade no IDHM-Educação, que obteve índice de 0,443 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil, 2013).

Quanto à economia de Maragogi, segundo o censo IBGE de 2012, o município alcançou um Produto Interno Bruto (PIB) de 149.928,47 mil reais e PIB per capita de 5.032,17 mil reais. Deste montante, 8,36% referem-se ao setor agropecuário, 11,69%, à indústria e 79,95% ao setor de serviços (IBGE, 2012). Percebe-se, portanto, a importância do turismo para a economia local, inclusive ao se levar em conta o PIB per capita. Todavia, em 2015, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 51 de 102 e 15 de 102, respectivamente (IBGE, 2015). Já, considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havia 50,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 67 de 102 dentre as cidades do estado e na posição 1246 de 5570 dentre as cidades do Brasil. Por isso, Carvalho (2012) já indicava que, na verdade, a renda do município provém em sua maioria de transferências federais, como previdência e programas do governo federal como o Bolsa Família. Carvalho (2012), afirma que Alagoas é um dos estados que mais se beneficiam desses programas centrados na transferência direta de renda.

Vale salientar que os dados apontados consideram o censo realizado em 2010, tendo em vista a ausência da realização do censo no ano de 2020 em função de cortes orçamentários e conjuntura pandêmica em vigor. Tal conjuntura certamente trouxe impactos socioeconômicos significativos ao município de Maragogi e estado de Alagoas, tal como em todo o Brasil, os quais ainda não se consegue mensurar com qualidade.

Apreende-se, portanto, que a dicotomia que se observa entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e que se retroalimentam constantemente. A atividade econômica é resultado do acontecer do fenômeno socioespacial e não deve (ou não deveria) ser estudada, ordenada e planejada de forma separada dele. O fenômeno socioespacial do turismo envolve diversos grupos de agentes sociais diferentes (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos e população residente nos destinos turísticos, entre outros), resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Nesses territórios-rede do turismo (FRATUCCI, 2008), se pode observar territorialidades distintas convivendo e disputando em um eterno devir os espaços apropriados a partir de lógicas

específicas, nem sempre convergentes. Entre outras palavras: “os espaços se definem, dentre entre pontos, por seus fluxos” (ALMEIDA, 2018, p. 29).

Assim, os problemas profundos que o mercado e sua dinâmica apresentam são tornado invisíveis por toda uma rede de propaganda que visa à sua legitimação, tais como a produção e a manutenção de desigualdades sociais; a construção de uma visão de mundo a partir de estereótipos e clichês, de etnocentrismos, racismos, sexismos, separações naturalizadas e hierarquizadas de classes e pessoas; a desigual concorrência entre agentes com poderes diferenciados; a tendência a considerar tudo como recurso para o capital, colocando num plano de equivalência econômica pessoas, sentimentos, valores morais e elementos da natureza; e a acelerada dinâmica de descarte naquilo que já não interessa mais ao mercado e a seus agentes (HINTZE, 2020).

Nesse contexto, “é precisamente essa ação continuada no tempo [tal como a formação socioespacial canavieira], atuando sempre em um mesmo sentido, que logra mudar a percepção da vida e, portanto, em consequência, o comportamento prático e a vida real e concreta como um todo para uma enorme quantidade de pessoas” (SOUZA, 2019, p. 22), isto é, a pré-existência de estrutura social calcada no poder hegemônico da cultura canavieira que acolhe e reproduz a dinâmica exploratória da atividade turística legitimada por meio da propaganda estatal de “geração de emprego e renda”.

O fato é que o aumento de turistas associado à potencialidade dos negócios ligados à hospitalidade-produtiva acaba requerendo e fomentando uma estrutura-suporte que pode configurar e reconfigurar realidades, alavancando processos em que tanto a questão do ordenamento do espaço, via políticas públicas, como as condições em que os trabalhadores são absorvidos em ACTs [Atividades Características do Turismo] são determinantes para a instalação de empreendimentos; afinal, qualquer iniciativa que demande investimentos em capital constante e variável requer estudos de viabilidade econômica, sendo que sua efetivação é condicionada pelas **vantagens próprias da realidade**. Elas **abarcam os atributos naturais, culturais e históricos; o preço da terra; a disponibilidade e o valor da mão de obra; a falta de organização política que se revela em trabalhadores submissos e dóceis; os mecanismos de atração de investimentos do Estado, tal como a isenção de tributos; e a possibilidade de auferir rendas diferenciadas**. (MARTONI, 2019, p. 145 – 146, grifo nosso).

Assim, sem a consciência crítica da ação dessas ideias sobre o comportamento da sociedade, todos se tornam vítimas indefesas de uma concepção que domina sem que se possa sequer esboçar uma reação. Essa visão, ainda hoje hegemônica, que vê o turismo apenas pelo prisma economicista, impede que o seu desenvolvimento contribua plenamente para um processo gerador de melhorias na qualidade de vida das sociedades envolvidas e desenvolvimento local, ou seja, têm sistemática e praticamente ignorado os processos de

apropriação dos territórios por eles constituídos, bem como a transformação dos lugares, reproduzindo desigualdades estruturais, tal como a divisão territorial do trabalho preconizada historicamente pelas rotas de acumulação do açúcar.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Conclui-se que ainda há lacunas para o estudo do turismo sob a perspectiva crítica, especificamente quanto à economia política do turismo. Assim, sendo panaceia e vilã dos processos de desenvolvimento dos territórios (neste estudo, em Maragogi/AL), o turismo exige de maneira integrada uma profunda investigação empírica e análise teórica. Sem dúvida, em lugar de simplesmente calibrar os rendimentos econômicos do turismo, uma economia política de desenvolvimento turístico deveria centrar sua atenção nas forças da acumulação do capital e das relações de poder, já que é fundamentalmente determinada por antagonismos de classe capitalista ou outras divisões sociais e forças institucionais, que dão forma à estrutura dos negócios, os padrões socioespaciais do turismo e suas implicações distributivas.

Apreende-se, portanto, que a dicotomia que se observa entre a complexidade do fenômeno turístico e a importância da atividade econômica por ele gerada acabam por afastar duas categorias de análise que no fundo são complementares e que se retroalimentam constantemente. A atividade econômica é resultado do acontecer do fenômeno socioespacial e não deve (ou não deveria) ser estudada, ordenada e planejada de forma separada dele. O fenômeno socioespacial do turismo envolve diversos grupos de agentes sociais diferentes (turistas, empresários, poder público, trabalhadores diretos e indiretos e população residente nos destinos turísticos, entre outros), resultando na turistificação de partes do espaço, produzindo territórios descontínuos, que se organizam a partir da lógica reticular das redes. Nesses territórios-rede do turismo (FRATUCCI, 2008), se pode observar territorialidades distintas convivendo e disputando em um eterno devir os espaços apropriados a partir de lógicas específicas, nem sempre convergentes. Entre outras palavras: “os espaços se definem, dentre entre pontos, por seus fluxos” (ALMEIDA, 2018, p. 29).

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo aponta, sobretudo, para as forças que agem nos territórios gerando particularidades que (re)agem às forças globalizantes conforme seus interesses, no caso estudado, percebe-se que o Estado e em particular os grupos de interesse estreitamente vinculados aos atores corporativos constituídos historicamente a partir da cultura canavieira têm reproduzido no turismo um papel estratégico

para determinação das configurações econômicas e espaciais do desenvolvimento do turismo, assim como a distribuição dos seus resultados.

Na ausência de uma governança de destino sólida fundamentada em efetiva participação social (SOARES, 2019) e transformação sistêmica mais profunda das estruturas do capitalismo turístico, as empresas reunidas estrategicamente, sejam locais ou internacionais, continuarão capturando maior parte da rentabilidade turística. E, abrindo a agenda para continuação da investigação, há que se considerar o aprofundamento da análise acerca das desigualdades sociais relacionadas à economia política do turismo, mais especificamente a precarização do trabalho do turismo em Maragogi/AL e suas nuances como os recortes de gênero e de raça atuando como observatório para transformação das condições de vida do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **A formação histórica de Alagoas (I):** rotas de acumulação do açúcar. Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

BIANCHI, A. **O desenvolvimento desigual e combinado:** a construção do conceito. São Paulo: Blog da Convergência, 2013.

BIANCHI, R. V. La economía política del turismo: una introducción crítica. In: CAÑADA, E.; MURRAY, I. *Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo*. Barcelona: Icaria editorial, 2019, pp. 50-71.

BRANDÃO, M. *Vade Mecum do turista em Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1937.

BRITTON, S. G. *Tourism, capital and place: Towards a critical geography of tourism*. *Environment and Planning D: Society and Space*, 9(4), 451-478, 1991.

BÜSCHER, B.; FLETCHER, R. *Destructive creation: capital accumulation and the structural violence of tourism*, *Journal of Sustainable Tourism*, 25(5), 651-667, 2017.

CAÑADA, E.; MURRAY, I. *Introducción: perspectivas críticas en turismo*. In: _____. *Turistificación global: Perspectivas críticas en turismo*. Barcelona: Icaria editorial, 2019, pp. 4-32.

CLANCY, M. *Commodity chains, services and development: theory and preliminary evidence form the tourism industry*. *Review of International Political Economy*, 5(1), 122-148, 1998.

COSTA, C. **História de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Editora do CESMAC: Eduneal, 2020.

CARVALHO, C. P. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2012.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 3. Ed. Maceió: Edufal, 2015.

DIEGUES JÚNIOR, M. B. **O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. Ed. Maceió: Edufal, 2006.

_____. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. 2. Ed. Maceió: Edufal, 2012.

FLETCHER, R. *Sustaining Tourism, Sustaining Capitalism? The Tourism Industry's Role in Global Capitalist Expansion*. *Tourism Geographies* Vol. 13, No. 3, 443–461, 2011.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial nas políticas públicas de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/17239/1/Agnaldo%20Frattucci-Tese.pdf> Acesso em: 13 set 2021.

_____. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo. Em T. D. Pimentel, M. L. Emmendoerfer, & E. L. Tomazzoni, **Gestão pública do turismo no Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, 1, 21-47, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47065/50786> Acesso em: 13 set 2021.

HALL, C. M. *Academic capitalism, Academic responsibility and tourism academics: or, the Silence of the Lambs?* *Tourism Recreation Research*, 35(1-3), 298-301, 2010.

HINTZE, H. **Turismo legitimado**: espetáculos e invisibilidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do município de Maragogi** (2010 - 2012 - 2014 - 2015 – 2016). Acesso em 11 de agosto de 2017, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maragogi/panorama>

KASPARY, M. A. Desenvolvimento turístico e desenvolvimento local no município de Maragogi, Alagoas. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/riufal/736/1/Dissertacao_ManuelaGraceDeAlmeidaRochaKaspary_2012.pdf Acesso em: 13 set 2021.

LENIN, V. I. **Imperialismo**: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LINDOSO, D. **Formação de Alagoas Boreal**. 2. Ed. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos: Eduneal: Fapeal, 2019.

MACHADO, L. **Politecnia, escola unitária e trabalho**. São Paulo: Cortez, 1989.

MACHADO, F. D.; LIMA, M. C. O. L. **Histórica econômica de Alagoas**: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: EDUFAL, 2016.

MARTONI, R. M. **Turismo & capital**. Curitiba: Appris, 2019.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 63 out.-dez. 2015.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. *Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World*. Londres: Routledge, 2008.

PNUD - Programa Nacional para as Nações Unidas. **IDGHM municípios** (2013). Acesso em 11 de agosto de 2017, disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

SHARPLEY, R. *Tourism and development challenges in the least developed countries*. **Current Issues in Tourism**, 12(4), 337-358, 2009.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, A. S. Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28372> Acesso em: 13 set 2021.

SOARES, A. S.; AZEVEDO, F. F. Turismo e território no município de Maragogi-AL, Brasil: processo de participação social e o desenvolvimento local. **Rosa dos Ventos**, v. 12, p. 2-23, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/7191> Acesso em: 13 set 2021.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SUARTEGARY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. N.º 93, 15 de julio de 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm> Acesso em: 13 set 2021.

TENÓRIO, D. A.; DANTAS, C. L. **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casa grandes de Alagoas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

UNWTO. *Exports from international tourism rise 4% in 2015*. (2016). Acesso em: 21 jun 2022. Disponível em: <https://www.unwto.org/archive/global/press-release/2016-05-03/exports-international-tourism-rise-4-2015#:~:text=International%20tourism%20receipts%20in%20destinations,exports%20to%207%25%20in%202015>

VERAS FILHO, L. **História do Turismo de Alagoas**. Maceió: SERGASA, 1991.

VERÇOSA, E. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 6. ed. Maceió: Edufal: Eduneal, 2018.

WILLIAMS, A. M. *Toward a political economy of tourism*. In: A. LEW.; C. M. HALL; A. M. WILLIAMS. (ed.) **A Companion to Tourism** (pp. 61-73). Oxford: Blackwell Publishing.